

O declínio Socioeconômico de Municípios Paranaenses ante à Corrupção e a influência da Governança

ELIS BIANCA AZEVEDO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (PUCPR)

1. Introdução

O tema corrupção tem se mostrado constante no jornalismo nacional e internacional, em discussões em redes sociais e até mesmo em rodas de conversas. Casos de corrupção descobertos nos últimos anos, como mensalão e lava-jato, têm fomentado as discussões e se mostrado relevante o aprofundamento do assunto na academia (Freitas Júnior & Medeiros, 2016; Pisor & Gurven, 2015).

Organizações internacionais como a Transparência Internacional (2017) e a OCDE (2017) buscam disseminar informações e promover iniciativas que possibilitem formas de controle das práticas de corrupção que tem se mostrada tão nociva para a sociedade. O principal foco destas instituições é a disseminação da transparência e do controle, quando se aborda corrupção.

Neste sentido, a Transparência Internacional (2017) desenvolveu o Índice de Corrupção Percebida (ICP) que apresenta anualmente um ranking com a pontuação alcançada pelo grupo de países selecionados em relação ao nível de transparência percebido pela população do próprio país. Neste relatório de 2016 o Brasil alcançou apenas a 79ª colocação entre 176 países, com apenas 40 pontos, atingindo a mesma colocação Bielorrússia, China e Índia, com um aumento de apenas 10 posição em relação à 2010.

Esta posição do Brasil reforça a necessidade de ampliarmos a discussões acerca da temática, ainda que recentemente tenha sido realizada atualizações na conhecida Lei Anticorrupção (BRASIL, 2013), que entre outros amplia a responsabilização dos envolvidos em práticas de corrupção, bem como a nova Lei das Estatais (BRASIL, 2016), que busca uma basicamente uma separação entre a Administração e a Política (Abreu Junior, 2015; Faria & Streit, 2016).

Como uma das formas de controle, ainda que não diretamente desenvolvida para tratamento da corrupção, a OCDE (2017) desenvolveu diversos manuais e guias que auxiliam na prática do controle e da transparência, que além de pilares da governança são também termos chaves quando se trabalha o tema corrupção. Nestes termos, uma das formas de tratamento da corrupção têm sido a ampliação e disseminação das práticas de Governança (Caldas, Costa, & Pagliarussi, 2016).

Em âmbito nacional, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC desenvolveu um guia para orientar os diversos tipos de organizações na implantação e manutenção da governança em suas estruturas (IBGC, 2015).

Além da relevância da governança como forma de buscar inibir a prática da corrupção, é importante que a sociedade como um todo perceba o impacto negativo que a corrupção possui sobre o desempenho socioeconômico dos países e diversas regiões, focando em analisar as consequências e não somente nas causas que envolvem a corrupção (Akçay, 2006; Carraro, Menezes, Canever, & Fernandez, 2011; Estrada, Staniewski, & Ndoma, 2017).

A partir dessas justificas teóricas e práticas apresentadas, e com base na relação teórica identificada na literatura, o problema que este trabalho se propõe a resolver é qual a relação existente entre o nível de governança e de corrupção com o desempenho socioeconômico dos municípios paranaenses no ano de 2016?

O desenvolvimento deste estudo foi realizado em quatro partes. Na primeira parte é apresentada a revisão bibliográfica e as relações teóricas existentes entre os temas propostos e as hipóteses elaboradas a partir desta revisão. Na segunda parte encontra-se a metodologia utilizada para coleta e tratamento de dados e técnicas e ferramentas utilizadas para atendimento dos objetivos propostos. Na terceira parte são apresentadas os resultados obtidos e as análises realizadas, e por fim, são apresentadas as conclusão e contribuições deste estudo na quarta parte.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Corrupção

O tema corrupção tem sido abordado com mais frequência nos últimos anos, em função dos diversos escândalos de corrupção no Brasil e no mundo. Na academia, o interesse no tema tem crescido da mesma forma e está alinhada com estudos onde o cerne são as organizações. Um levantamento realizado na página da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD (2017) mostrou que “foram apresentados nos seminários e congressos da instituição 12 trabalhos em 2016 vinculados à corrupção (sendo 30% destes relacionados a impactos socioeconômicos), 1 artigo em 2015 e 3 em 2014, isto representa um crescimento de 300% neste período” (Azevedo, 2017, p. 20).

A partir do crescimento da temática, faz-se necessário um aprofundamento na literatura para identificar as abordagens relacionadas à corrupção, tendo em vista que não é um tema que envolve apenas a área política. Identificou-se a existência de abordagens política, econômica, cultural, legal e social.

No quesito Econômico, um estudo apresentado por Tonoyan, Strohmeyer, Habib, & Perlitz (2010) mostrou que os maiores níveis de corrupção foram identificados em países, na maioria, com economia em transição, enquanto a América do Norte e os países da Europa ocidental obtiveram os menores crescimentos de índice de corrupção.

No aspecto político, o estudo denominado “A perpetuação da corrupção nas organizações” de Freitas Júnior & Medeiros (2016) identificou seis características que se destacam nos depoimentos dos acusados em envolvimento de casos de corrupção, sendo estas: negação de responsabilidade, negação de dano, negação de vítima, ponderações sociais, apelo para lealdades elevadas e metáfora do equilíbrio.

No âmbito legal se destaca as recentes revisões e legislações relacionadas direta ou indiretamente ao controle e prevenção das práticas de corrupção. Entre estas destacam-se a Lei Federal 12.846/2013 conhecida como Lei Anticorrupção (BRASIL, 2013), a recente Lei Federal 13.303/2016 que regulam as Estatais (BRASIL, 2016), Lei Federal 8.429/1992 sobre a Improbidade Administrativa (BRASIL, 1992) e Lei Federal 12.527/2011 conhecida como Lei da Transparência (Abreu Junior, 2015; Faria & Streit, 2016; Figueiredo, Vanuza da Silva; Santos, 2013; Oliveira & Pisa, 2015).

Nascimento (2016) por sua vez, apresentou um estudo bibliométrico sobre a “a produção científica recente, nacional e internacional, sobre a associação entre corrupção e cultura nacional”. Quanto ao aspecto cultural, a autora identificou que cerca de 230 artigos foram publicados de 2010 a 2016 com os termos simultâneos “Corrupção” e “Cultura nacional”. Destacou ainda, que cerca de 40% deste material elencava o ICP da (Transparência Internacional, 2017) como medida de corrupção.

Por fim, no âmbito cultural e social, Pedroso, Massukado-Nakatani, & Mussi (2009) trabalha o termo “Jeitinho Brasileiro” como um padrão cultural brasileiro, em que as pessoas buscam meios alternativos para solucionar problemas de forma criativa. O que muitas vezes é percebido como uma criatividade é ao mesmo tempo uma forma de fugir de procedimentos padrões, sendo que a principal característica é o atendimento privado em detrimento do público.

A Figura 1 sintetiza as principais abordagens para corrupção, bem como suas definições gerais, de acordo com as descrições apresentadas. Apesar de possuir deferentes abordagens é possível identificar que os conceitos se integram e são complementares.

Figura 1 – Principais definições de corrupção e seus enfoques

Autor	Enfoque	Conceito/Definição
-------	---------	--------------------

(BRASIL, 2013)	Legal	Art. 5º "Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas... que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública...". (Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013)
(Henrique, 2015)	Político	Ocorre na esfera política, "surgindo como resultado da interação entre governo e demais agentes econômicos, em alguns casos, empresários, manipulando as decisões políticas com objetivo de elevar seus ganhos econômicos particulares, além da apropriação indevida de dinheiro público, a partir de esquemas e estratégias como fraude em licitações de obras públicas, superfaturamento de contratos, destinação de obras vinculadas aos interesses de certos políticos e seus aliados".
(Pedroso et al., 2009)	Cultural	O "jeitinho Brasileiro" é visto como uma habilidade e característica do povo brasileiro, que busca sempre formas alternativas para lidar com os diversos tipos de situações, podendo também ser considerado sinônimo da corrupção.
(Estrada et al., 2017)	Econômico	A corrupção é um sistema complexo, dinâmico e integrado que gera perdas substanciais no desempenho e no desenvolvimento socioeconômico dos países, tanto a médio quanto longo prazo.
(Sims, Gong, & Ruppel, 2012)	Social	A corrupção gera uma distribuição desigual de renda, uma vez que impossibilita as pessoas de terem acesso a recursos públicos por terem sido desviados para fins particulares.

Fonte: Extraído de Azevedo (2017, p. 25).¹

Nesta linha, a Transparência Internacional (2017) publica anualmente o ICP com um ranking dos países com nível de corrupção percebida, em que quanto menor índice significa maior nível de transparência e menor nível de corrupção, enquanto maior índice representa menor nível de transparência e maior nível de corrupção.

Apesar da relevância do ICP, Boll (2010) reforça que, por ser um indicador subjetivo, uma vez que se baseia em opiniões, há necessidade de utilizar critérios financeiros e econômicos na construção de indicadores de corrupção. O autor desenvolveu o Índice de Corrupção Geral - ICG que se baseia nas informações do Cadastro de Contas Irregulares do Tribunal de Contas da União – Cadirreg no período de 1998 a 2008.

Como resultado, o autor apresentou que os maiores ICG foram encontrados nos estados do Maranhão, Bahia e Piauí, enquanto os menores índices estavam no Acre, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em que O Paraná atingiu a 4ª colocação com um índice de 0,085. Outros estudos reforçam ainda a necessidade de utilizar critérios econômicos e financeiros como medida de corrupção, bem como analisar a relação socioeconômica, entre estes (Akçay, 2006; Azevedo, Oliveira, Buch, Nascimento, & Silva, 2018; Carraro et al., 2011; Melo, Sampaio, & Oliveira, 2015).

2.2. Governança

O tema governança ganhou maior relevância a partir dos anos oitenta com as pressões dos fundos de pensão e escândalos envolvendo fraudes e falência da Enron, bem como a criação de manuais e diretrizes para gestão dos riscos para proteção dos stakeholders por diversos órgãos como o Comitê Cadbury no Reino Unido, que desenvolveu o relatório Cadbury (Committee, 1992), a Cartilha de Governança desenvolvida pela CVM (2002), Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (2015) e os diversos manuais da OCDE (2017), como Governança Corporativa de Empresas Não Listadas em Mercados Emergentes;

¹ Material extraído de Dissertação elaborado por Azevedo, E. B. (2017). Corrupção e governança: relações e impactos no desempenho socioeconômico de municípios paranaenses. (Dissertação) Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Retrieved from <http://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/3013>.

Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais; Princípios da Governança Corporativa da OCDE (Caldas et al., 2016; Farfan & Lizarzaburu, 2016; Oliveira & Pisa, 2015).

Identifica-se nos diversos manuais e orientações o crescimento e evolução da disseminação das práticas de governança. Sendo que na maioria das vezes, Governança é conduzida por princípios e valores que podem ser sintetizados, a partir do identificado na literatura, como Transparência, Accountability e Responsabilidade (Alcântara, Pereira, & Silva, 2015; Secchi, 2009).

A literatura muitas vezes também aborda o tema como governança pública. Nesta abordagem, a governança é tratada como uma forma de orientar a gestão pública em benefício do interesse público estando vinculada principalmente a transparência das instituições, e na busca também por alcançar os princípios básicos da administração que são: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência (Alcântara, Pereira, & Silva, 2015; Figueiredo & Santos, 2013).

Com relação à aplicação da governança no Brasil, o IBGC (2015) elenca em seu manual quatro princípios essenciais da governança, sendo estes a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

Alinhados a esses princípios o Conselho Federal de Administração - CFA divulgou o Índice de Governança Municipal - IGM-CFA em 2017, a partir de um banco de dados de 5570 municípios com mais de 400 variáveis utilizadas em sua composição. O IGM-CFA é formado por três sub-indicadores que representam três dimensões a serem consideradas: Gastos e Finanças Públicas-IGFP, Qualidade de Gestão-IQG e Desempenho-ID (CFA, 2017). Estas dimensões são compostas das seguintes variáveis:

- IGFP - Gastos per capita; e Índice Firjan de gestão fiscal.
- IQG - Terceirização de serviços básicos; Informatização; Articulação Institucional; Planejamento urbano; Transparência; Servidores; e Comissionados.
- ID - Qualidade habitacional; Vulnerabilidade; Atendimento médico; Educação; Mortalidade infantil; e IDHM.

A composição destas dimensões demonstra a complexidade do IGM-CFA, que procurou abranger as áreas que possuíam qualquer tipo de impacto no nível de governança e na capacidade de gestão de uma organização.

Nesse sentido, o IGM se destaca e diferencia de todos os demais índices já utilizados no contexto brasileiro para mensuração da *performance* municipal uma vez que contempla uma visão mais ampliada sobre as dimensões do desempenho, e em especial, sobre a relação entre as dimensões fiscal, gestão e desempenho (CFA, 2017).

A subseção a seguir discorre sobre as relações teóricas existentes entre corrupção e governança, bem como demonstra o impacto destas no âmbito socioeconômico das regiões, a partir dos diversos trabalhos acerca da temática.

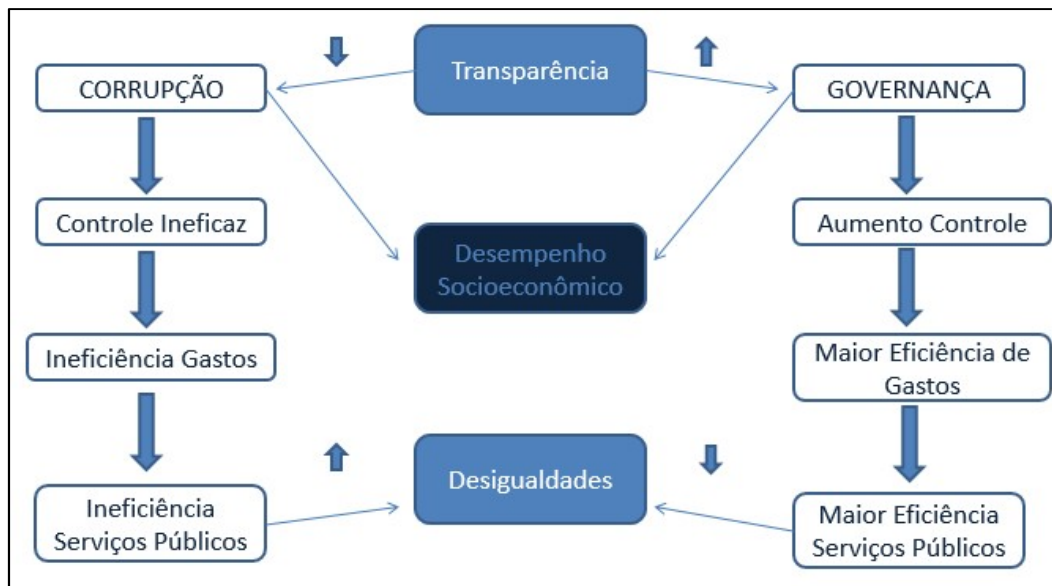
2.3. Impacto da Corrupção e Governança

Ao comparar as informações que compõem o IGM-CFA e os indicadores que medem a corrupção, é possível identificar que a Transparência e o Controle são termos chave na avaliação da governança e também na avaliação de corrupção. Outro quesito importante é a utilização de indicadores socioeconômicos na construção do IGM-CFA e do ICG.

Considerando que por enfraquecer a democracia e a confiabilidade do sistema, a corrupção no Brasil configura-se como um "grave problema estrutural da sociedade e do sistema político" (Abreu Junior, 2015, p. 33), em que a transparência sofre grande impactos.

Reitera-se que a transparência sendo um dos princípios e pilares da governança, está consolidada na literatura como sendo uma forma para avaliar a corrupção (Alcântara et al., 2015). Neste sentido, a Figura 2 apresenta a relação identificada na literatura e apresentada nas subseções anteriores.

Figura 2 – Impactos associação entre Governança e Corrupção



Fonte: Extraído de Azevedo (2017, p. 40).

Na Figura 2 encontra-se o resumo dos conceitos apresentados pelos autores que discutem essa relação existente entre corrupção e governança (Kosack & Fung, 2014; OCDE, 2016; Pereira, Macadar, & Daniel, 2013; Raupp & Pinho, 2016), bem como os possíveis impactos no desempenho socioeconômico das regiões, a partir de indicadores como Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, Produto Interno Bruto-PIB, População Economicamente Ativa-PEA, entre outros (Estrada et al., 2017; Ortega, Casquero, & Sanjuán, 2014; Sharma & Sharma, 2015).

Nestes estudos se destaca que a transparência, conceito compartilhado com a governança e a corrupção, possui impacto positivo no desempenho socioeconômico das regiões, bem como a ausência de eficiência nos gastos públicos contribui para o aumento nas desigualdades e a governança impacta positivamente.

Ainda nesta linha, corroborando os estudos apresentados por Bayar (2016), Brei (1996), Capasso e Santoro (2016), Estrada, Staniewski e Ndoma (2017), Henrique (2015), e Sharma (2015), relatório de 2016 da Transparência Internacional (2017) divulgou uma análise de relação entre corrupção e as desigualdades nos países selecionados, por meio de uma análise de regressão, obtendo uma forte correlação entre estes, apesar de não ser possível inferir necessariamente uma causalidade.

A partir dessas discussões na bibliografia, o presente estudo propôs duas hipóteses que foram testadas com objetivo de responder o problema de pesquisa aqui exposto, sendo a Hipótese 1 a afirmação de que existe relação negativa entre corrupção e governança nos municípios paranaenses. Ou seja, quanto maior a governança menor a corrupção; e como Hipótese 2 a afirmação de que existe impacto positivo da governança e negativo da corrupção no desempenho socioeconômico dos municípios paranaenses.

A seção a seguir apresenta a metodologia utilizada para testar estas hipóteses, bem como a forma de coleta e tratamento dos dados para composição da amostra e das variáveis a serem utilizadas.

3. Metodologia

Este trabalho se caracteriza como quantitativo, com propósito de estudo descritivo e explicativo, uma vez que busca analisar as relações existentes entre as variáveis aqui propostas, (Fávero, Belfiore, Silva, & Chan, 2009; Hair, Black, Babin, Anderson, & Tatham, 2009).

Como procedimento, optou-se por utilizar a ferramenta de Regressão Múltipla com dados em Painel, uma vez que se mostrou adequada ao atendimento dos objetivos propostos e por ter sido utilizada em estudos semelhantes à este, entre eles Carraro et al. (2011), Melo, Sampaio e Oliveira (2015) e Baungarten, Orellana e Menezes (2016).

Os procedimentos e análises foram conduzidas em 2 etapas distintas, conforme descritas a seguir. A 1ª etapa se fez necessária, ao identificar em estudos anteriores e na literatura a necessidade de se utilizar critérios financeiros na elaboração de um Indicador para medida de corrupção, o que não acontece nos indicadores construídos pelo MPF (2016), pelo EBT da CGU (2016) e até mesmo pela Transparência Internacional (2017), uma vez que utilizam critérios mais subjetivos de corrupção (Azevedo & Silva,² 2017; Boll, 2010).

Neste sentido, foi realizada a replicação do estudo de Boll (2010) que desenvolveu o ICG dos estados brasileiros a partir dos dados do Cadirreg, criando um novo indicador denominado Índice de Corrupção Geral Municipal (ICGM). Para a construção do ICGM foram utilizadas as seguintes variáveis, utilizando um período de 10 anos (2007 a 2016):

- População – população total do município obtida no site oficial do Iparde no IBGE (2017), com valores do ano de 2010.
- PIB – Produto Interno Bruto a Preços Correntes obtida no site oficial IBGE (2017), com valores do ano de 2007 a 2014. Para o ano de 2015 e 2016 foi calculado uma estimativa utilizando o crescimento do valor do PIB do estado do Paraná (Azevedo, 2017).
- Receita municipal – uma alteração em relação ao modelo de Boll (2010) foi a substituição da Lei de Orçamentária Anual (LOA) pelo Receita Total do município, uma vez que se mostrou inviável o levantamento de valores da LOA anteriores à 2011, do Iparde no IBGE (2017), valores do ano de 2007 a 2016³.
- Valor Cadirreg e Total Cadirreg – Total e Valor das contas anuais reprovadas, com parecer prévio ou julgadas, no período de 2007 a 2016, selecionados somente Prefeito(a), Vice-Prefeito(a), Vereador(a) e Presidente da Câmara, obtidos no relatório do TCE/PR (2016). O relatório está disponível na página do TCE-PR no endereço http://servicos.tce.pr.gov.br/servicos/srv_ExibirRelatorios.aspx?t=37.

Após a obtenção da base de dados foi aplicado a fórmula do Boll (2010), utilizando uma normalização por meio da função Re-Scaling, sendo que não se aplicou a normalização apenas na terceira parte da equação:

$$ICM = \{0,33 * [(Valor Cadirreg/população) normalizado + (Valor Cadirreg/PIB) normalizado]/2\} + [0,33 * (Valor Cadirreg/Receita) normalizado] + [0,33 * (Quantidade$$

² Diferente do presente estudo que utiliza critérios econômicos e financeiros na composição do ICGM, o trabalho de Azevedo, E. B., & Silva, C. L. da. (2017). Corrupção e Governança: Relações e Impactos no Desempenho Socioeconômico dos Municípios Paranaenses. In *VII Esocite* (Vol. 3, pp. 1–18). Brasília: Esocite. https://doi.org/ISSN_1808-8716 foi desenvolvido e apresentado com índice subjetivo de corrupção, o que se mostrou inadequado e proporcionou o desenvolvimento deste novo estudo.

³ Valores omissos foram tratados na seguinte sequência: valor obtido no portal da transparência de cada município; valor substituído pela LOA do ano; e em último caso replicado ano anterior com crescimento de 10%, para os municípios que não tinham valores a partir de 2008, ou aplicado ano posterior reduzindo 10%, para os municípios que não tinham valores em 2007 (Azevedo, 2017).

anual de processos irregulares registrados no Cadirreg por município/quantidade total anual de processos irregulares registrados no Cadirreg)].

O ICGM foi obtido calculando a média dos valores de ICM de 2007 a 2016. Em seguida a 2ª etapa foi desenvolvida a partir da obtenção do ICGM elaborado na 1ª etapa, utilizando as variáveis obtidas na literatura para representar a Governança e o Desempenho socioeconômico e o ICGM como medida de Corrupção, conforme Figura 3.

A amostra utilizada foi a seleção de todos os municípios paranaenses que obtiveram valores de ICGM, os demais municípios foram descartados das análises, tendo vista não ser possível inferir que não há nível de corrupção por não haver dados para as variáveis selecionadas no Cadirreg, totalizando 143 municípios que representa 36% do Estado do Paraná.

Figura 3 – Identificação das variáveis utilizadas e base de dados

Tipo	Variável	Indicador	Base
Dependente	Desempenho Socioeconômico	IDH	Valor de 2010 do (IBGE, 2017).
Independente	Corrupção	ICGM	Valores obtidos na 1ª etapa.
	Governança	IGFP, IQC e ID	Valor
	Variável de controle	PEA	

Fonte: Elaborado pelos autores

Com base na revisão da literatura, a regressão foi desenvolvida com o seguinte modelo teórico para comparação com os resultados:

$$y = a - b.ICGM + c.ID + d.IGFP + e.IQG + f.PEA + \xi$$

Onde,

y: variável dependente IDH.

a: constante do modelo.

b até f: coeficientes atribuídos a cada variável independente nos modelos.

ICGM: variável independente Índice de Corrupção Geral Municipal.

ID: variável independente Índice de Desempenho.

IGFP: variável independente Índice de Gasto e Finanças Públicas.

IQG: variável independente Índice de Qualidade de Gestão.

PEA: variável independente de controle População Economicamente Ativa, normalizada.

ξ :: erro do modelo

As análises foram conduzidas por meio da ferramenta *Eviews Statistic Software*, por ser uma ferramenta adequada para condução de análise de regressão múltipla com dados em painel (Gujarati & Porter, 2011). Quanto à subdivisão da região, foi utilizada a classificação de regiões utilizada pela Corregedoria da Polícia Civil do Paraná, órgão responsável pela condução de operações e investigações sobre corrupção no paraná, disponível no endereço eletrônico <http://www.corregedoriapoliciacivil.pr.gov.br>.

4. Análise de Resultados

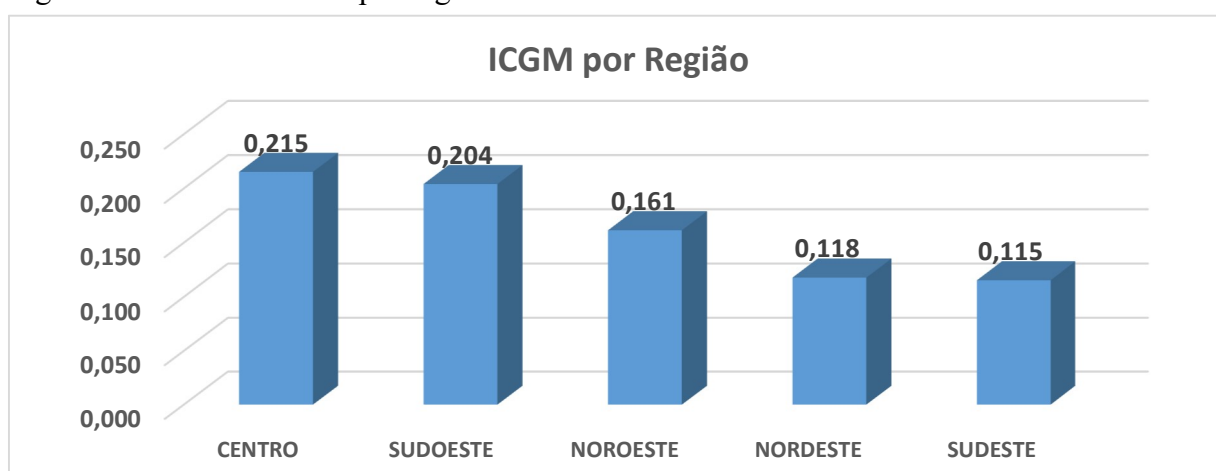
A partir da construção do ICM e do ICGM foi elaborada a Figura 4 e a Tabela 1, que apresentam os valores médio obtidos de ICM no período de 2007 a 2016 em cada região do Paraná. Nesta é possível identificar que os valores totais médios anuais do ICM estão na maior parte próximos do Valor total do ICGM do Estado, o que demonstra uma regularidade nos níveis de corrupção do Paraná.

Tabela 1 - Valores de ICM por ano e ICGM

REGIÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	ICGM
CENTRO	0,033	0,011	0,485	0,075	0,309	0,167	0,040	-	0,195	-	0,215
NORDESTE	0,209	0,126	0,130	0,266	0,055	0,170	0,094	0,091	0,093	0,135	0,118
NOROESTE	0,078	0,056	0,422	0,223	0,064	0,033	0,074	0,130	-	0,267	0,124
SUDESTE	0,157	0,163	0,050	0,029	0,220	0,224	0,027	0,061	-	-	0,115
SUDOESTE	0,019	0,260	0,407	0,186	0,450	0,045	0,496	-	0,162	-	0,204
Total Geral	0,143	0,135	0,212	0,159	0,168	0,114	0,148	0,095	0,150	0,201	0,145

Fonte: Extraído de Azevedo (2017, p. 79).

Figura 4 – Valor de ICGM por região do Paraná



Fonte: Extraído de Azevedo (2017, p. 83)

Destaca-se que as regiões Nordeste e Sudoeste apresentaram os menores níveis de ICGM enquanto as regiões Centro e Sudeste apresentaram os maiores níveis de ICGM, o que representa que, em geral, os níveis de corrupção do Paraná como um todo, que atingiu 0,145, alcançou valores próximos aos apresentados por Boll (2010) corroborando os valores divulgados pelo autor.

Na sequência, a Tabela 2 apresenta a relação de municípios que obtiveram os maiores e menores ICGM em cada região do Paraná, bem como os valores médios de ICGM para cada região separadamente:

Tabela 2 – Valores máximos e mínimos de ICGM por região do Paraná.

REGIÃO	VI Máx.	Município	VI. Mín	Município	ICGM
CENTRO	0,535	Rio Azul	0,006	Reserva do Iguaçu	0,215
SUDOESTE	1,931	Diamante D'Oeste	0,010	Vera Cruz do Oeste	0,204
NOROESTE	0,833	São Tomé	0,009	Campina da Lagoa	0,161
NORDESTE	0,565	Sapopema	0,008	Sarandi	0,118
SUDESTE	0,570	Tijucas do Sul	0,004	Campo Magro	0,115
Média valores	0,887		0,007		0,145

Fonte: Extraído de Azevedo (2017, p. 83)

Nota-se que a maior amplitude de valores é identificada na região Sudoeste, com uma variação de valor máximo de 1,931 na cidade de Diamante D' Oeste para valor mínimo de 0,010 para cidade de Vera Cruz do Oeste.

Este valor da cidade de Diamante D' Oeste foi obtido em relação ao ano de 2011 que apresentou um valor de R\$ 2.553.821,68 no Cadirreg, representando 22% da receita do município no período, e em 2013 um valor de 1.800.000,00 que representa 12% receita do município no período. Conforme julgamento no Cadirreg para o ano de 2011:

Julgar irregular a presente Prestação de Contas de Transferência Voluntária, nos termos do art. 16, III, "b" e "e", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, e do art. 248, II, III e V, do Regimento Interno, celebrada entre o Município de Diamante D'Oeste e o Instituto Brasil Melhor, de responsabilidade do Sr. Ademar da Silva, CPF nº 015.555.439-52, no cargo de Presidente, e da Sra. Inês Gomes, CPF nº 659.213.809-20, em razão da ausência dos documentos hábeis a comprovar a regularidade das despesas com pessoal, prejudicando toda a análise do feito (TCE/PR, 2016, p. 3).

Já os valores de 2013 estão relacionados à irregularidade das contas em função do não atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, em terceirização de serviços contábeis e de saúde (TCE/PR, 2016). Deve-se destacar ainda, que os municípios de Diamante D'Oeste e São Tomé possuem os maiores ICGM do estado, o que demanda uma maior atenção por parte dos órgãos fiscalizadores acerca da execução do orçamento nestes municípios.

Considerando os critérios de classificação do ICGM de Boll (2010, p. 47) sendo: “Na faixa de zero a 0,330, a incidência da corrupção governamental é considerada baixa; na faixa de 0,331 a 0,660, a incidência é média; e na faixa de 0,661 a 1, a incidência é alta”, em geral o estado se enquadra na faixa de incidência baixa, composto por cerca de 85% dos municípios. Ou seja, o nível de corrupção do Paraná sendo representado por 85% dos municípios atinge uma representatividade significativa de municípios.

A partir destes dados obtidos de ICGM foram realizadas as seguintes análises utilizando as variáveis apresentadas na Figura 3: correlação entre as variáveis; análise descritiva e uma regressão múltipla com dados em painel por meio do sistema Eviews. Os dados da correlação são apresentados na Tabela 3, sendo possível concluir a ausência de multicolinearidade entre as variáveis, por não apresentarem correlações fortes.

Tabela 3 – Correlação entre variáveis.

	IDH	ICGM	ID	IGFP	IQG	PEA
IDH	1,000					
ICGM	-0,128	1,000				
ID	0,371	0,074	1,000			
IGFP	0,194	0,105	0,152	1,000		
IQG	0,166	-0,021	-0,008	-0,043	1,000	
PEA	0,349	-0,087	0,135	0,088	0,156	1,000

Fonte: Extraído de Azevedo (2017, p. 86).

Quanto aos resultados, a corrupção representada pelo ICGM obteve relação negativa com o IQG que representa a Governança, conforme esperado, o que confirma a hipótese 1 acerca da relação inversa entre corrupção e governança. O ID e IGFP apresentaram relação positiva com o ICGM, porém o IQG nesta análise se mostra mais relevante, tendo em vista que possui em sua composição critérios relacionados à transparência.

Em seguida foi realizada uma análise descritiva, com a finalidade de analisar os demais pressupostos que envolvem a técnica de regressão com base nas orientações de Hair et al. (2009) e Fávero et al. (2009), conforme resultados apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Análise descritiva das variáveis.

Análise	IDH	ICGM	ID	IGFP	IQG	PEA
Média	0,587	0,145	0,618	0,361	0,517	0,020
Mediana	0,587	0,145	0,618	0,361	0,517	0,020
Máximo	0,750	1,931	0,782	0,571	0,772	1,000
Mínimo	0,377	0,004	0,000	0,000	0,000	0,000
Desvio Padrão	0,046	0,159	0,121	0,092	0,147	0,063
Jarque-Bera	293,533	40803,400	4853,068	1103,465	768,096	530007,200
Sig. (p-value)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Soma	167,792	41,444	176,880	103,260	147,723	5,802
Soma Desvio Padrão	0,596	7,160	4,202	2,431	6,146	1,118

Fonte: Extraído de Azevedo (2017, p. 86).

O teste Jarque-Bera analisa a distribuição normal dos dados, tendo como hipóteses nula a normalidade. Neste sentido, sendo os valores $p < 0,05$ rejeitou-se a hipótese nula de normalidade, que é um dos principais pressupostos de uma análise de regressão de acordo com Gujarati & Porter (2011).

Quanto à análise de heterocedasticidade foi realizado o teste Breusch-Pagan-Godfrey que obteve significância com $p < 0,05$, rejeitando a hipótese nula de ausência de heterocedasticidade.

Foram realizados em seguida os testes de Chow, Hausman e Breusch e Pagan para identificar qual o modelo mais adequado de dados em painel a ser utilizado na regressão, sendo o modelo de efeitos fixos, aleatórios ou *Pooled*. Identificou-se pelos resultados que o modelo de efeitos aleatórios se tornou mais adequado para aplicação da técnica de regressão (Favero, 2013; Gujarati & Porter, 2011; Melo et al., 2015). A comparação entre o método fixo e aleatório é apresentado na Tabela 5

Tabela 5 – Dados gerados pelo método de efeitos fixos e aleatórios.

	Efeitos Fixos		Efeitos Aleatórios	
	Coeficiente (Teste T)	Sig.	Coeficiente (Teste T)	Sig.
ICGM	-0,041 (-1,931)	0,056*	-0,041 (-2,725)	0,007***
ID	0,123 (4,416)	0,000***	0,123 (6,234)	0,000***
IGFP	0,070 (1,924)	0,056*	0,070 (2,716)	0,007***
IQG	0,041 (1,786)	0,076*	0,041 (2,521)	0,012**
PEA	0,190 (3,483)	0,001***	0,190 (4,917)	0,000***
Constante	0,466 (19,624)	0,000***	0,466 (27,569)	0,000***
Durbin-Watson	3,972		1,993	
R ²	64,0%		27,9%	
R ² Ajustado	25,6%		26,6%	
Estatística F	1,665	0,001***	21,673	0,000***

Fonte: Extraído de (Azevedo, 2017, p. 87).

Obs1: * significativo a 10%, ** significativo a 5% e *** significativo a 1%.

A regressão foi então realizada pelo método dos mínimos quadrados, em que o teste Durbin-Watson apresentou valor de 1,993 e reforçou a decisão pela escolha do método de efeitos aleatórios, tendo em vista que o valor está compreendido entre 1,7 e 2,3 que é utilizado como medida de auto correlação serial.

Quanto a significância do modelo obteve-se valores de $p < 0,05$, destacando o atendimento do pressuposto. Em relação ao R^2 de 27,9%, é possível definir que as variáveis independentes utilizadas respondem por 27,9% da variação no IDH. Fávero et al. (2009) aponta que “Embora pareçam baixos, esses coeficientes indicam uma boa adequação da modelagem proposta, uma vez que é bastante comum que modelos de dados em painel ofereçam baixos valores de R^2 ”.

Ao substituir os valores do modelo teórico pelos resultados da Tabela 5 obteve-se a equação abaixo:

$$y = 0,466 - 0,041.ICGM + 0,123.ID + 0,070.IGFP + 0,041.IQG + 0,190.PEA + 0,017$$

A variável dependente da equação é o IDH, que representa o desempenho socioeconômico, a corrupção é representada pelo ICGM e a governança pelo ID, IGFP e IQC. Com base no resultado da Tabela 5 e na equação desenvolvida, identifica-se que cada incremento realizado na corrupção o desempenho socioeconômico reduz 0,041, o que corrobora os estudos apresentados pela Transparência Internacional (2017) a respeito do impacto negativo da corrupção, bem como o trabalho dos autores Boll (2010), Carraro *et al.* (2011), Melo, Sampaio e Oliveira (2015) e Azevedo et al. (2018).

Os demais indicadores apresentaram um impacto positivo no IDH, em que um incremento na governança possui um aumento médio de 0,078, o que representa que a existência de níveis de governança pode beneficiar o desempenho socioeconômico dos municípios. Este resultado corrobora o estudo de Zhang (2016) que associa a importância de se utilizar a governança como medida de prevenção à corrupção. Sendo assim, a Hipótese 2 é confirmada a partir dos resultados da regressão, uma vez que apresentou que existe impacto positivo da governança e negativo da corrupção no desempenho socioeconômico dos municípios paranaenses.

5. Conclusão

O crescente aumento no interesse acadêmico acerca do tema corrupção, bem como os esforços realizados por instituições como Transparência Internacional e OCDE para disseminar o tema, possibilitou a identificação e análise de uma relação teórica entre os conceitos de corrupção e governança, uma vez que ambas compartilham a Transparência e o Controle como bases para sua execução.

Nesta linha, diversos autores trabalham a corrupção ou a governança com o desempenho socioeconômico. Este trabalho se propôs a integrar estes três grandes conceitos, ao invés de separadamente como outros estudos, e realizar uma análise específica da relação e impacto entre estas.

As duas hipóteses propostas foram testadas e confirmadas por meio das técnicas de análise. A Hipótese 1 foi confirmada pela análise de matriz de correlação, ao identificar uma relação negativa entre corrupção e governança, ou seja, acredita-se que a corrupção é inversamente proporcional à governança.

Quanto à Hipótese 2, a análise de regressão com dados em painel apresentou que cada incremento na corrupção reduz em 0,041 o IDH, que representa o desempenho socioeconômico. Já a governança, em cada acréscimo aumenta em média 0,078 o IDH. Isto corrobora os demais

estudos e reforça o impacto negativo da corrupção e positivo da governança no desempenho socioeconômico dos municípios.

Estes resultados se mostram essenciais para que a sociedade perceba a quão nociva é a prática de corrupção para o desempenho das regiões. Hoje têm se identificado com maior facilidade as causas dos atos de corrupção, porém as consequências devem ser mais exploradas e desenvolvidas e disseminadas melhores práticas e formas de controle e inibição.

Em relação à contribuição teórica deste estudo destaca-se a busca por suprir uma das lacunas acerca da temática, que é a impossibilidade de se observar de maneira objetiva a corrupção, característica presente em estudos empíricos.

Como oportunidade para estudos futuros identifica-se a possibilidade de aprofundar as análises em um único município, buscando analisar o impacto direto da corrupção no dia a dia da população. Ou ainda, o desenvolvimento de outros indicadores que meçam corrupção, à nível municipal, e possuam uma variedade de áreas a serem abrangidas, bem como o IGM-CFA que possui em sua constituição cerca de 400 variáveis, englobando a parte econômica, financeira, social, eficiência, transparência, controle, entre outras dimensões.

Como principais limitações destaca-se a subjetividade identificada nos julgamentos de alguns casos de corrupção no Cadirreg, e o tempo que leva para que efetivamente a prestação de contas seja julgada reprovada. Um exemplo é o município de Curitiba que obteve um bom nível de corrupção, uma vez que até a conclusão deste estudo o TCE/PR havia julgado apenas cerca de 14 milhões, de um montante de 34 milhões no período de 2006 a 2011, considerando que houve o desmembramento de um processo em diversos.

Fica então uma experiência da importância de ampliação da discussão sobre corrupção e a necessidade de maior envolvimento da população seja na fiscalização ou na atuação direta junto aos governos, buscando inibir a prática de corrupção

Referências

- Abreu Junior, R. M. de. (2015). *Lei anticorrupção brasileira: o impacto nas estruturas de governança corporativa das instituições financeiras do estado do Rio Grande do Sul*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Retrieved from <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/169504>
- Akçay, S. (2006). Corruption and Human Development. *Cato Journal*, 26(1), 29–48.
- Alcântara, V. de C., Pereira, R. J., & Silva, É. A. F. (2015). Gestão Social e Governança Pública: aproximações e (de)limitações teórico-conceituais. *Revista de Ciências Da Administração*, 1(3), 11. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2015v17nespp11>
- ANPAD. (2017). Periódicos Anpad - Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração. Retrieved May 5, 2017, from <http://www.anpad.org.br/~anpad/>
- Azevedo, E. B. (2017). *Corrupção e governança: relações e impactos no desempenho socioeconômico de municípios paranaenses*. (Dissertação) Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Retrieved from <http://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/3013>
- Azevedo, E. B., Oliveira, A. G., Buch, C. L., Nascimento, T. C., & Silva, C. L. da. (2018). Corrupção, Governança e Desenvolvimento: uma análise seccional de dados para o Brasil. *Globalización, Competitividad y Gobernabilidad de Georgetown/Universia*, 12(1), 48–62. <https://doi.org/10.3232/GCG.2018.V12.N1.02>
- Azevedo, E. B., & Silva, C. L. da. (2017). Corrupção e Governança: Relações e Impactos no Desempenho Socioeconômico dos Municípios Paranaenses. In *7º Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade - VII Esocite* (Vol. 3, pp. 1–18). Brasília: Esocite. <https://doi.org/ISSN 1808-8716>
- Baugarten, B., Orellana, V. Q., & Menezes, G. (2016). Empreendedorismo e Corrupção: Uma

- análise empírica para países selecionados. In *Encontro de Economia Gaúcha*, 8 (pp. 1–18). Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística.
- Bayar, Y. (2016). Public Governance and Economic Growth in the Transitional Economies of the European Union. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, 12(48), 5–18. Retrieved from <http://rtsa.ro/tras/index.php/tras/article/view/480>
- Boll, J. L. S. (2010). *A corrupção governamental no Brasil: construção de indicadores e análise da sua incidência relativa nos estados brasileiros*. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- BRASIL. (1992). Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992 [Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.]. Retrieved October 12, 2017, from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm
- BRASIL. (2013). Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. [Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 01 ago. 2013]. Retrieved January 15, 2017, from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm
- BRASIL. (2016). Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016. [Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.]. Retrieved March 18, 2017, from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13303.htm
- Brei, Z. A. (1996). A corrupção: causas, conseqüências e soluções para o problema. *Revista de Administração Pública*, 30(3), 103–115.
- Caldas, O. V., Costa, C. M., & Pagliarussi, M. S. (2016). Corrupção e composição dos gastos governamentais: evidências a partir do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos da Controladoria-Geral da União. *Revista de Administração Pública*, 50. Retrieved from <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/60848>
- Capasso, S., & Santoro, L. (2016). The Determinants of the Contract of Corruption: Theory and Evidence. *CSEF - Centre For Studies in Economics and Finance*, 33. Retrieved from <http://www.csef.it/WP/wp429.pdf>
- Carraro, A., Menezes, G., Canever, M. D., & Fernandez, R. (2011). Formação de empresas e corrupção: uma análise para os estados brasileiros. In: Encontro de Economia da Região Sul, 14. In *Encontro de Economia da Região Sul-ANPEC/SUL, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil* (Vol. 14, pp. 1–17). Florianópolis: Anais ANPEC.
- CFA. (2017). Índice de Governança Municipal - Conselho Federal de Administração. Retrieved February 2, 2017, from <http://cgp.cfa.org.br/indice-cfa-de-governanca-municipal-igm-cfa/>
- CGU, C.-G. da U. (2016). Escala Brasil Transparente (EBT). Retrieved May 10, 2017, from <http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente/>
- Committee, C. (1992). Report of the committee on the financial aspects of corporate governance. Retrieved February 1, 2017, from <http://www.ecgi.org/codes/documents/cadbury.pdf>
- CVM, C. de V. M. (2002). Cartilha de Governança CVM. Retrieved February 1, 2017, from <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/deciso/es/anexos/0001/3935.pdf>
- Estrada, M. A. R., Staniewski, M. W., & Ndoma, I. (2017). Evaluating corruption under the application of the SOCIO-economic development desgrowth index (D-index): the case of Guatemala. *Quality & Quantity*, 1–21. <https://doi.org/10.1007/s11135-017-0508-5>
- Farfan, K. B., & Lizarzaburu, E. R. (2016). Governança Corporativa em Mercados Emergentes:

- Impacto Sobre a Bolsa de Valores de Lima – Bvl. *Globalización, Competitividad y Gobernabilidad de Georgetown/Universia*, 10(3).
<https://doi.org/10.3232/gcg.2016.v10.n3.03>
- Faria, F. de A., & Streit, R. E. (2016). Governança em bancos centrais: um estudo comparativo das práticas de governança dos bancos centrais do Brasil, Canadá e Inglaterra. *Revista de Administração Pública*, 50(5), 765–794.
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. L. da, & Chan, B. L. (2009). *Modelagem Multivariada para Tomada de Decisões* (1st ed.). Rio de Janeiro: CAMPOS-RJ.
- Favero, L. P. L. (2013). Dados em painel em contabilidade e finanças: teoria e aplicação. *Brazilian Business Review*. <https://doi.org/10.15728/bbr.2013.10.1.6>
- Figueiredo, Vanuza da Silva; Santos, W. J. L. dos. (2013). Transparência E Controle Social Na Administração Pública. *Temas de Administração Pública*, 8(1), 1–20.
<https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Freitas Júnior, L. R. de, & Medeiros, C. R. de O. (2016). A Perpetuação da Corrupção nas Organizações: Uma Análise das Declarações de Acusados em Casos de Corrupção no Brasil. In *CBEO-Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais*, 4 (pp. 1–20). Porto Alegre: Anais SBEO. Retrieved from <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo>
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica* (5ª). São Paulo: Bookman.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman Editora.
- Henrique, A. da T. (2015). *Análise da relação entre a corrupção e a desigualdade de renda nos municípios brasileiros*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco. Retrieved from <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17380>
- IBGC, I. B. de G. C. (2015). *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa* (5th ed.). São Paulo: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
- IBGE. (2017). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Retrieved May 20, 2017, from <http://www.ibge.gov.br/home/>
- Kosack, S., & Fung, A. (2014). Does Transparency Improve Governance? *Annual Review of Political Science*, 17, 65–87. <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-032210-144356>
- Melo, F. L. N. B. de, Sampaio, L. M. B., & Oliveira, R. L. de. (2015). Corrupção Burocrática e Empreendedorismo: Uma Análise Empírica dos Estados Brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 374–397.
- MPF, M. P. F. (2016). MPF Combate à Corrupção. Retrieved May 1, 2017, from <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/tipos-de-corrupcao%0A>
- Nascimento, I. C. (2016). A cultura importa?: a produção científica sobre a relação entre corrupção e cultura nacional. In *CBEO-Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais*, 4 (pp. 1–18). Porto Alegre: Anais SBEO. Retrieved from <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo>
- OCDE. (2016). OECD Principles of Corporate Governance. Retrieved January 6, 2017, from <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/261502ue.pdf?expires=1498132785&id=id&accname=guest&checksum=11F73B89072B45BFA48261CBD645F10F>
- OCDE, O. para a C. e D. E. (2017). Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Retrieved May 5, 2017, from <http://www.oecd.org/brazil/>
- Oliveira, A. G. de, & Pisa, B. J. (2015). IGovP: índice de avaliação da governança pública - instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. *Revista de Administração Pública*, 49(5), 1263–1290.
- Ortega, B., Casquero, A., & Sanjuán, J. (2014). Growth In Human Development: The Role Of Corruption. *Journal of International Development*, 26(7), 974–998.
<https://doi.org/10.1002/jid.2963>

- Pedroso, J. P. P., Massukado-Nakatani, M. S., & Mussi, F. B. (2009). A relação entre o jeitinho Brasileiro e o perfil empreendedor: possíveis interfaces no contexto da atividade empreendedora no Brasil. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 10(4), 100–130. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712009000400006>
- Pereira, G. V., Macadar, M. A., & Daniel, V. M. (2013). Governança de TI na prestação de um e-serviço público. *Revista Eletrônica de Sistemas de Informação*, 12(2), 24. <https://doi.org/10.5329/RESI.2013.1202005>
- Pisor, A. C., & Gurven, M. (2015). Corruption and the other(s): Scope of superordinate identity matters for corruption permissibility. *PLoS ONE*, 10, 24. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0144542>
- Raupp, F. M., & Pinho, J. A. G. de. (2016). Balanço da transparência passiva em câmaras municipais brasileiras. *Revista de Administra&ccdeil;ÃO Da Universidade de São Paulo*, 51(3).
- Secchi, L. (2009). Modelos organizacionais e reformas da administração pública*. *Revista de Administração Pública*, 43(2), 347–369.
- Sharma, H., & Sharma, D. (2015). Human Development Index-Revisited: Integration of Human Values. *Journal of Human Values*, 21(1), 23–36. <https://doi.org/10.1177/0971685815569659>
- Sims, R. L., Gong, B., & Ruppel, C. P. (2012). A contingency theory of corruption: The effect of human development and national culture. *The Social Science Journal*, 49(1), 90–97. <https://doi.org/10.1016/j.soscij.2011.07.005>
- TCE/PR, T. de C. do E. do P. (2016). Agentes com contas irregulares. Retrieved April 20, 2017, from http://servicos.tce.pr.gov.br/servicos/srv_ExibirRelatorios.aspx?t=37
- Tonoyan, V., Strohmeier, R., Habib, M., & Perlitz, M. (2010). Corruption and Entrepreneurship: How Formal and Informal Institutions Shape Small Firm Behavior in Transition and Mature Market Economies. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 34(5), 803–831. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2010.00394.x>
- Transparência Internacional. (2017). Índice de Corrupção Percebida - ICP. Retrieved November 30, 2016, from www.transparency.org
- Zhang, J. (2016). Public Governance and Corporate Fraud: Evidence from the Recent Anti-corruption Campaign in China. *Journal of Business Ethics*, 1–22. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3025-x>
- Alcântara, V. d. C., Pereira, R. J., & Silva, É. A. F. (2015). Gestão Social e Governança Pública: aproximações e (de)limitações teórico-conceituais. *Revista de Ciências da Administração*, 1(3), 11-11. doi:10.5007/2175-8077.2015v17nespp11
- Figueiredo, V. d. S., & Santos, W. J. L. d. (2013). Transparência E Controle Social Na Administração Pública. *Temas de Administração Pública*, 8(1), 1-20. doi:10.1017/CBO9781107415324.004